

# Começa disputa das comissões

Duas comissões — Ordem Econômica e Sistematização — estão concentrando o interesse dos constituintes. Serão 559 deputados e senadores disputando espaço em comissões que contam, respectivamente, com 63 e 89 vagas. Como não haverá lugar para todos, os líderes partidários, que farão as indicações, terão de enfrentar muitos problemas.

Em cada uma das comissões e subcomissões, o enfrentamento entre direita e esquerda será forte. Entretanto, em algumas comissões e subcomissões, o debate entre conservadores e progressistas será mais violento, como na Comissão de Ordem Econômica. Será lá, que boa parte dos constituintes eleitos pelo poder econômico nas últimas eleições se concentrará, para tentar estipular novas normas constitucionais que vão de encontro a seus interesses. A combatê-los surgirão constituintes mais ligados às causas populares e eleitos pelos partidos ideológicos ou pelas esquerdas das outras legendas. Essa comissão, como as demais, se subdividirá em três subcomissões: de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica; da questão urbana e transportes, da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

## Lobby

Na subcomissão de ciência e

tecnologia e comunicação se concentrarão os **lobbies** a favor e contra a reserva de mercado na área de informática. Já na subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, o debate se centrará em torno da fixação de quantias do orçamento da União e forma de empregá-las na educação do povo brasileiro.

A competência de fixação de planos de saúde, e de seguridade, bem como o estabelecimento e execução de planos nacionais de saúde, competirão aos constituintes da subcomissão de Saúde, seguridade e Meio Ambiente. Em outra subcomissão da Comissão de Ordem Social, a dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, o grande debate se concentrará sobre o direito de greve e da organização sindical.

Os deputados e senadores membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças deverão obter prestígio junto aos governadores. A eles competirá definir a carga tributária que é da União e a dos Estados e Municípios. Terão poder para promover a reforma tributária tão desejada pelos governadores eleitos e que enfrenta grandes dificuldades de implantação devido à resistência do Palácio do Planalto. Esses mesmos parlamentares definirão ainda se o Congresso poderá modificar ou não o orçamento da União. (**Ricardo Holanda**)